

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: CAMINHANDO PARA UMA EDUCAÇÃO INTEGRAL

MORE EDUCATION PROGRAM: IN SEARCH OF AN INTEGRAL EDUCATION

Viviany Melo Nemer¹

Ana Rosa Carneiro Sousa²

Walquiria do Socorro Góes Maciel³

RESUMO

Este trabalho faz uma abordagem reflexiva sobre o Programa Mais Educação e o tempo de permanência do aluno na escola, incluindo sua inserção no Município de Laranjal do Jari. Este programa foi desenvolvido pelo Ministério da Educação, em parceria com Estados e Municípios a partir de 2008 para ampliar a jornada de permanência dos alunos na escola, através de atividades diferenciadas que tornem o aprendizado mais eficiente e aprazível. O Programa Mais Educação foi instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constituindo-se como ação do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar no contra turno dos alunos na perspectiva de futuramente introduzir a Educação Integral nas escolas públicas brasileiras. A partir de levantamento bibliográfico a pesquisa tem o objetivo de fazer apontamentos sobre a inserção deste programa na rede Municipal de Laranjal do Jari, fazendo uma análise entre aumento da jornada letiva e o progresso da qualidade do ensino, trazendo a tona os principais desafios para gestores, professores e comunidade, que juntos tentam colaborar para reinventar a escola e torná-la mais interessante para os educandos.

Palavras-chave: Programa Mais Educação, Formação integral, Qualidade no ensino.

ABSTRACT

This paper comprehends a reflexive approach about the More Education Program and the student's length of stay at school, including his/ her insertion in Laranjal do Jari City. This program was developed by the Ministry of Education, in partnership with States and Cities from 2008 to expand the students' journey of stay at school, through distinguished activities that make learning

more efficient and pleasant. The More Education Program was instituted by an Inter-ministerial Ordinance No. 17/2007 and regulated by the Decree 7.083/10, constituting itself as an action of the Ministry of Education to induce the expansion of school journey at the students' extra-curricular shift in the perspective of futurely introducing the Integral Education at Brazilian public schools . From the bibliographic survey, the research aims to take notes about the insertion of this program at the Municipal System of Laranjal do Jari, doing a study between school day increasing and the progress of teaching quality, bringing about main challenges for directors, teachers and community, who together try to collaborate to reinvent the school and make it more interesting for the students.

Keywords: More Education Program, Integral Teaching, Quality concerning Teaching.

¹ Licenciatura Plena em Educação Física (UEPA) e Ciências Biológicas (UNIFAP). E-mail: vnemer@bol.com.br

² Licenciatura Plena em Pedagogia e Especialização em Gestão Escolar. E-mail: aininha.caneiro12@gmail.com

³ Formação em Letras com Especialização em Metodologia da Língua Portuguesa e Literatura. E-mail: walquiriagmaciel@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Programa Mais Educação é uma estratégia governamental de ampliação do tempo diário de permanência do aluno na escola. É um programa de grandes proporções, pois abrange a esfera estadual e municipal, sendo necessário para um estudo mais aprofundado analisar diferentes aspectos como o social, político e econômico.

Todos esses aspectos aliados à forma pedagógica que o Programa é inserido nas escolas são fatores de grande importância para as discussões sobre a temática. Neste artigo, vamos discutir as formas pelas quais as escolas vêm se organizando, no Brasil, quanto à ampliação desse tempo no ambiente escolar e como este tempo adicional esta sendo utilizado pelas crianças e adolescentes dentro ou fora de suas dependências.

A escola pública brasileira é taxada muitas vezes, como uma instituição que apresenta uma estrutura precária, com carência de profissionais, onde o aluno permanece pouco tempo no ambiente escolar. O Programa Mais Educação é uma ação que busca fortalecer a base curricular, através de atividades que propiciem a socialização, a ludicidade, expressão corporal, entre outras,

que agregam valores ao processo ensino-aprendizagem, aumentando e aproveitando melhor o tempo do aluno na escola.

O artigo é uma reflexão sobre as relações entre o tempo de permanência do aluno na escola e o Programa Mais Educação, e faz referência a Escola Municipal Raimunda Rodrigues Capiberibe, diante desse contexto. Através da inclusão de atividades diversificadas no contra turno do aluno, iremos discutir e fazer apontamentos sobre sua eficácia no aumento da qualidade do ensino como também pontuar dificuldades apresentadas pelo programa.

Embora o aumento do tempo do aluno da escola seja um aspecto importante dentro do ambiente escolar, apenas isso não propicia o aumento da qualidade do ensino. Torna-se então necessário, ir além, nas discussões, para ter um real conhecimento dos problemas da escola pública brasileira. Um passo inicial importante e que justifica este trabalho é compreender como o tempo adicional esta sendo aproveitado pelas crianças, e principalmente se esta contribuindo na qualidade do processo de ensino.

2. CONHECENDO O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E A SUA INSERÇÃO NA ESCOLA RAIMUNDA RODRIGUES CAPIBERIBE/AMAPÁ-BR

A Educação brasileira passa por um momento de transformação, muitos são os investimentos governamentais que tentam mitigar as problemáticas educacionais, atribuídas por anos de falta de investimento e descaso público. As demandas educacionais buscam avançar não apenas em valores quantitativos, mas também qualitativos.

A sociedade atual é caracterizada por sua complexidade: uma sociedade multifacetada, tecida pela velocidade de mudanças, constantes e cumulativas, provocadas pelos avanços científicos e, sobretudo, pelo aumento das possibilidades de acesso à redes de informação e de consumo. Uma sociedade movida pelo conhecimento e pela informação. Uma sociedade-rede com novos atores e movimentos sociais que incidem seu papel protagônico não só na revolução cultural, como também e cada vez mais, na definição da agenda política dos Estados. As organizações não-governamentais, com todas as suas contradições e mesmo particularismos, alargam e revitalizam a esfera pública (DE CARVALHO, 2006, p.11).

Um dos programas mais relevantes para melhorar a qualidade do ensino é o Programa Mais Educação. Foi instituído através da Portaria n.º 17/2007, que “integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) como uma estratégia do Governo Federal para induzir a

ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral” (BRASIL, 2008, p.07).

A escola é o lugar da aprendizagem, dos saberes e do ensino sistematizado, constitui-se como uma instituição fundamental na inclusão social. Um dos aspectos diferenciados presentes no Programa Mais Educação é a ampliação deste conceito de ambiente escolar, para espaços educativos, onde os diferentes ambientes podem integrar diferentes saberes. Neste sentido, o conhecimento pode se estabelecer na quadra, no pátio, na vizinhança, no museu, entre outros ambientes que não necessariamente precisam estar no ambiente escolar convencional, mas em espaços que podem colaborar para uma aprendizagem significativa.

O aspecto tempo torna-se relevante, na medida, que o programa procura explorar e “integrar diferentes saberes e pessoas da comunidade para tentar construir uma educação que, pressupõe uma relação da aprendizagem para a vida, uma aprendizagem significativa e cidadã”(BRASIL, 2008, p.05). Para ofertar a educação integral, a jornada diária dos alunos foi ampliada de quatro horas para sete horas diárias. O aluno retorna para a escola no contra turno, onde é direcionado, de acordo com as suas dificuldades e interesses as atividades previamente estabelecidas.

O programa não atinge nesse primeiro momento todos os alunos. De forma que estabelece critérios para a seleção público-alvo que será selecionado para participar do Programa. De acordo com os critérios os alunos indicados pelos docentes são os que apresentam baixo rendimento escolar, indisciplina, defasagem série/idade, ou seja, são alunos que tem mais risco de evasão, abandono e repetência.

O programa disponibiliza recursos financeiros, para atender aos gastos com transporte e alimentação dos monitores/professores responsáveis pelo desenvolvimento das atividades, também oferece lanche e almoço para as crianças inscritas, como também é utilizado na compra de materiais de consumo, manutenção e compra de kits de materiais que serão usados nas atividades pedagógicas e esportivas.

As turmas formadas devem ter entre 20 a 30 alunos no máximo, sendo compostas quando possível por alunos de diversas séries/anos, não se prendendo às turmas do horário regular. As atividades são desenvolvidas por um professor comunitário, vinculado à escola, e os custos dessa coordenação, com carga horária de 20 horas semanais estão dentro dos recursos financiados pelo Governo Federal.

As atividades escolhidas devem estar em consonância com projeto político pedagógico e com a própria filosofia da escola. Professores e alunos considerando as experiências que são vividas no contexto escolar, ou seja, de acordo com a sua realidade, determinam os macro campos que a instituição irá optar no Programa.

Desse modo, Acompanhamento Pedagógico (Letramento, Matemática, Ciências, História e Geografia), Meio Ambiente, Esporte e Lazer, Direitos Humanos em Educação, Cultura e Artes, Inclusão Digital, Prevenção e Promoção da Saúde, Edu-comunicação, Educação Científica e Educação Econômica e Cidadania (macrocampos) compõem um currículo que visa atender à necessidade escolar no sentido de oferecer, às crianças e aos adolescentes do Ensino Fundamental, outras oportunidades de aprendizagem (FARIAS,2011, p.33).

Ressaltamos a importância dos espaços educativos, o processo educativo não precisa ficar restrito ao ambiente de sala de aula e aos conteúdos tradicionais, representados pelos conhecimentos científicos. Pelo contrário, o diferencial deste Programa é oferecer às crianças, adolescentes e jovens um novo diálogo com a escola, por meio de diferentes linguagens, ações metodológicas, áreas de interesse que despertem o prazer em estar na escola, sintam-se valorizados e aconchegados neste ambiente que é considerado o seu segundo lar.

O Município de Laranjal está situado ao sul do Estado do Amapá, fazendo divisa com o Distrito de Monte Dourado, estado do Pará, tendo como divisor o Rio Jari. A população, em números aproximados é de 37.000 habitantes de acordo com o último censo. Tem uma economia voltada para o comércio, o funcionalismo público municipal, estadual e federal e a informalidade.

A Escola Municipal Raimunda Capiberibe está localizada na Avenida Tancredo Neves, nº 901, bairro Agreste, tem como entidade mantenedora a Prefeitura de Laranjal do Jari (PMLJ) por meio da Secretaria de Educação. Tendo como autorização de funcionamento o decreto de nº 084 de 28 de março de 2001/ PMLJ.

Recebeu este nome em homenagem à senhora Raimunda Rodrigues Capiberibe, mãe do então Governador da época João Alberto Rodrigues Capiberibe. O prédio foi construído e equipado para atender crianças da educação infantil, recebendo inicialmente 121 alunos com faixa etária adequada ao ensino infantil funcionando nos turnos, manhã e tarde.

De acordo com a demanda novas séries foram sendo implantadas, atendendo a primeira série do ensino fundamental com 300 alunos matriculados. Atualmente atende nos turnos manhã, tarde e noite com o número aproximado de 1.123 alunos. É uma escola que apresenta baixos índices, em

exames nacionais, mas que progressivamente vem evoluindo na diminuição da violência e problemas com a indisciplina.

O Programa Mais Educação foi implantado na Escola Municipal Raimunda Rodrigues Capiberibe em 2012. Por indicação da gestão escolar uma professora do quadro efetivo foi indicada para a coordenação do Programa. Em seguida, foram realizadas enquetes com os alunos e professores para escolha dos macrocampos. De acordo com a opinião da comunidade escolar as atividades escolhidas foram: esporte (caratê e futsal), dança(hip hop), as cordas (violão), Programa Saúde na Escola, e os macrocampos obrigatórios alfabetização e letramento. Ao total foram atendidos no primeiro ano do Programa na escola 150 alunos e até 2014, já atendia mais que dobro desta quantidade, cerca 350 alunos nos turnos matutino e vespertino.

A escola funcionava com um período de ensino regular e no contra turno escolar, os alunos selecionados participavam do Programa Mais Educação. Além das atividades práticas, os alunos tinham atividades dentro e fora do ambiente escolar. Os recursos advindos do Governo Federal davam suporte para compra de materiais, despesas com alimentação, transporte, e manutenção dos materiais utilizados no desenvolvimento das atividades.

Os monitores foram escolhidos através de currículo, onde os mais capacitados foram indicados para atuar junto às turmas do Programa. O acompanhamento dos alunos era realizado através da frequência, e principalmente do desenvolvimento tanto no turno regular quanto no projeto. De fato, a ampliação do tempo de permanência do aluno na escola, possibilitou resultados positivos como diminuição dos casos de violência e indisciplina.

Em 2015, com os cortes no orçamento Federal, o Programa Mais Educação deixou de enviar os recursos para a maioria das escolas, inclusive a Escola Municipal Raimunda Rodrigues Capiberibe, razão pela qual paralisou suas atividades realizadas no contra turno. Parte dos equipamentos permanece na escola, mas sem essa parceria, a escola não consegue manter o Programa funcionando.

2.1 A qualidade do ensino e Programa Mais Educação

O conceito de qualidade do ensino e sua relação com a democracia, e com a escola pública servem para dar direcionamento a este currículo em mudança. O que as políticas educacionais, como por exemplo, o Programa Governamental Mais Educação tenta é transformar, propor novos caminhos que levem a mudanças significativas no cenário escolar, e que certo modo, preencha as lacunas que tornam nosso ensino desacreditado.

O descontentamento com o ensino oferecido pelas escolas públicas é notório, a insatisfação de grande parte da sociedade brasileira, demonstra de certa forma, uma visão negativa do ensino público. A qualidade do ensino é um dos aspectos mais questionados pela população, que almeja o mínimo de qualidade para seus estudantes.

O direito à educação de qualidade é um elemento fundamental para a ampliação e para a garantia dos demais direitos humanos e sociais, e condição para a própria democracia, e a escola pública universal materializa esse direito (MOLL, 2009, p.13). Por mais que a Constituição e nossas Diretrizes educacionais garantam a igualdade de direitos para toda a sociedade, mas na prática a distribuição se dá de forma desigual. O acesso à escola é um direito quase universalizado entre nós, o que falta é agregar é qualidade ao ensino. Nesse sentido, qualidade no ensino

Significa melhorar a vida das pessoas, de todas as pessoas. Na educação a qualidade está ligada diretamente ao bem viver de todas as nossas comunidades, a partir da comunidade escolar. A qualidade na educação não pode ser boa se a qualidade do professor, do aluno, da comunidade é ruim. Não podemos separar a qualidade da educação da qualidade como um todo, como se fosse possível ser de qualidade ao entrar na escola e piorar a qualidade ao sair dela (GADOTTI, 2013, p.02).

Portanto, o conceito de qualidade é muito mais abrangente. A mudança que o ensino pode provocar na vida das pessoas vai além dos muros da escola, segue pela vida e pelas estratificações sociais da qual o indivíduo faz parte. A escola como instituição tem o dever social de inserir nossos alunos no mercado de trabalho, ensinando valores e principalmente formando cidadãos.

Para minimizar esses déficits do sistema de ensino brasileiro, e melhorar a qualidade do ensino, desde o início do século 20, gestores do setor público tentam através de programas governamentais, promover a qualidade do ensino nas escolas públicas. Muitos planos e ações governamentais tinham como objetivo melhorar a infraestrutura, o currículo e os métodos de ensino.

Nesse longo e complexo processo educativo, a busca pela qualidade do ensino, esbarra nas graves problemáticas escolares como a evasão e a violência. Aumentar o tempo de permanência do aluno na escola é uma tentativa de mitigar essas dificuldades enquanto o aluno estabelece com a escola novos processos de aprendizagem e novas experiências ao educando, tornando sua permanência mais prazerosa, tornando sua aprendizagem mais significativa no contexto escolar.

3. Os atores sociais e o Programa Mais Educação

3.1 A importância da família

Partindo do princípio de que a família é a principal responsável pelo pleno desenvolvimento de seus filhos, nesse programa a participação dela é essencial para que os trabalhos desenvolvidos de em certo. A princípio, os pais são convocados pela direção da escola para uma reunião de conscientização e apresentação do programa, esclarecendo os objetivos, implantação e a função da família nesse processo.

Os alunos selecionados resultam de uma triagem feita pelos docentes da escola usando paradigmas que muitas vezes estigmatizam esses educandos. Geralmente são selecionados alunos considerados problemáticos em termos de rendimento escolar, indisciplina, repetência, e outros, sendo rotulados como alunos desinteressados, com poucas chances de progredir academicamente. Vale ressaltar que cada escola tem autonomia para escolher o público-alvo que participa do programa.

Cada escola, contextualizada com seu projeto político pedagógico específico e em diálogo com sua comunidade, será a referência para se definir quantos e quais alunos participarão das atividades, sendo desejável que o conjunto da escola participe nas escolhas (BRASIL, 2008, p.13).

Não é uma tarefa fácil tentar trazer a família para a escola e inclui-la no processo de ensino formal. A participação dos pais na escola é fomentada por uma política que não tem tido muito êxito, e vários fatores contribuem para isso, entre eles a fato de que muitas mães trabalham para garantir o sustento de sua família, sendo ela a principal mantenedora.

A escola Raimunda Rodrigues Capiberibe é uma escola da rede municipal de ensino do município de Laranjal do Jari, Estado do Amapá, é uma dentre as várias escolas municipais que aderiu ao Programa Mais Educação. A escola fica localizada em uma região onde se observar um alto índice de conflitos familiares e uma variedade de estruturas familiares, que foge ao padrão pré-estabelecido pela sociedade. A maioria das famílias é de baixa renda e vivem em uma região de alta vulnerabilidade social.

Um dos objetivos do programa é servir como política pública de inclusão social, incentivando a participação do aluno e da família na escola, partindo do pressuposto que com mais tempo na escola, estes podem trabalhar no contra turno as dificuldades do aluno, e construir uma educação verdadeiramente participativa.

Para a maioria dos pais, se o rendimento do filho é satisfatório e há aprendizagem, logo não há cobrança por parte dos pais à escola. A escola só recorre aos pais quando se frustram e se sentem impotentes para resolver as questões de disciplina e aprendizagem do aluno, problemas que muitas vezes foge do controle de sala de aula.

Nesse caso os pais são chamados para dividir responsabilidades na formação de seus filhos, para que depois, a escola não seja a única culpada pelo fracasso escolar, como tem sido feito pelas autoridades escolares, pela mídia e até mesmo pelos próprios pais. A política educacional do programa mais educação como uma prévia para a adequação do horário integral, requer a participação mais ativa dos pais/responsáveis, pois vai tratar de casos específicos da educação. A construção desses vínculos possibilita ações mais eficazes na escola, pois, na medida, há cooperação e a colaboração da família fortalece e favorece o ensino de qualidade. Para ratificar esse pensamento temos Urresti "Familias y escuelas, âmbitos primordiales de la niñez mayoritaria, entonces comienzan a compartir su espacio con otras dimensiones de la vida social em la que los adolescentes expanden las redes de relaciones dentro de las que normalmente actúan (2000, p.01).

3.2 A Coordenação escolar, Docentes e Monitores na ação prática transformadora.

Um dos aspectos da gestão democrática é a integração, articulação e participação de todos os atores educacionais. Neste sentido, o programa Mais Educação contribui para o fortalecimento do modelo democrático, pois

promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores. Isso porque a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesse e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens (BRASIL, 2008, p.07).

Os questionamentos as instituições escolares servem como motivador para mudanças. Quando os resultados não são satisfatórios e há descontentamento com o processo educacional, cabe a escola em parceria com a sua comunidade escolar propor e repensar soluções para encontrar um caminho que atenda as exigências e peculiaridades de cada instituição.

Todos os atores escolares devem ter comprometimento e responsabilidade no direcionamento do programa. Vale ressaltar o papel do diretor da escola, que por meio de sua atuação com o

Conselho Escolar, “tem o papel de incentivar a participação, o compartilhamento de decisões e de informações com professores, funcionários, estudantes e suas famílias” (BRASIL, 2008, p.16).

Neste sentido, a gestão escolar deve exercer sua liderança e, sobretudo deve estar engajada na comunidade, conhecendo suas problemáticas e sabendo intervir propondo soluções. Além disso, sua presença é importante para estabelecer as relações interpessoais entre família e escola.

Nesse contexto, em que se pretende oferecer uma educação de melhor qualidade, o Programa Mais Educação “abre espaço para o trabalho dos profissionais da educação, dos educadores populares, estudantes e agentes culturais” (BRASIL, 2008, p.14), mais do que voluntários, estes educadores são articuladores do processo, pois tem a função de colocar em prática as ações pedagógicas e de aprendizagem.

Assim como em qualquer instituição é importante que os objetivos sejam claros para alcançar metas e ter resultados positivos. Os monitores são responsáveis pelo desenvolvimento das atividades de Educação Integral, e devem ter todo o apoio institucional para fazer seu trabalho. A escolha destes profissionais fica a critério de cada escola, os escolhidos pertence à comunidade, e são pessoas, por exemplo, das escolas amapaenses que tem a experiência, mas não tem formação específica ou cursos de qualificação, o que pode influenciar diretamente a qualidade do trabalho destes profissionais. Como afirma de Farias

Capacitar os professores é o elemento central em qualquer política que vise melhorar a qualidade da educação. Não é possível desenvolver um trabalho de qualificação na educação, sem capacitar de forma intensa os professores. Não que os educadores não sejam qualificados, mas faz parte do processo educacional que os professores aprendam sempre, da mesma forma como é exigido dos alunos (DE FARIAS, 2011, p.30).

O Programa Mais Educação “compreende o ser humano em suas múltiplas dimensões e como ser de direitos”. Sabemos a importância da Educação para a sociedade, nesse momento o que discutimos são mudanças que a escola precisa fazer, para congregar um processo que consiga incluir todos os alunos, principalmente estes que estão à margem do ensino.

4. O tempo escolar em análise

Um dos aspectos mais importantes que sustentam o Programa Mais Educação faz referência ao tempo que aluno permanece na escola. De acordo com a proposta do programa a escola oferta as

disciplinas tradicionais no turno normal e no contra turno o aluno retorna a escola, onde serão ofertadas atividades diferenciadas, previamente escolhidas pela comunidade escolar, de acordo com os eixos temáticos oferecidos pelo Ministério da Educação (MEC).

Para Leclerke Moll um dos conceitos que merecem destaque é o de inter setorialidade que amplia o ambiente escolar “para além do uso específico da sala de aula e dos espaços da escola, os espaços educativos são compreendidos naqueles espaços significativos da vida do bairro e da cidade” (2012, p.100).

Nesse sentido outros espaços fora do ambiente escolar também podem ser educativos e devem ser utilizados para expandir as experiências e vivências dos alunos. As opções são variadas e de acordo com que cada cidade possua como museu, cinema, parques, praças, clubes entre outros, que possam adicionar ações ao planejamento curricular.

O pensar em tempo na escola, não pode se restringir apenas ao tempo cronológico do relógio ou a acrescentar mais conteúdos tradicionais em sala de aula. A ideia é ir além e inovar, é utilizar esse tempo a mais que o aluno tem para criar e recriar na escola, na quadra, nos espaços educativos novos estímulos, interesses e motivações, tornando a escola um espaço de múltiplas vivências e aprendizagens.

Deste modo, o tempo escolar é um tempo marcado pelo vivido e compartilhado a partir de concepções, significações, ressignificações e por transformações, para além do que qualquer lista de conteúdos poderia encampar. Envolve expectativas em relação ao papel da educação escolar, procedimentos administrativos, métodos de ensino-aprendizagem, forma de organização do trabalho escolar, equipamentos didáticos de apoio, visões de mundo e envolvimento dos professores, formas e procedimentos de avaliação, participação dos pais na vida escolar e parcerias que a escola recebe de instâncias governamentais e da sociedade civil e muito mais. Assim, pensar o currículo escolar é considerar o conjunto de componentes contextuais que caracterizam a cultura escolar e que servem de maior ou menor fonte de estímulo para as aprendizagens escolares e para a mudança qualitativa do ensino escolar. (SACRISTÁN *apud* VIRGINIO, 2012, p.164-165)

4.1 Do Projeto à Realidade escolar brasileira: os caminhos e dificuldades da Educação Integral

O Brasil é um país de dimensões continentais, sendo este um fator que implica diretamente na implantação de programas governamentais e no seu monitoramento. Estender um Programa dessas proporções de forma equitativa por todas as cidades é grande desafio, que requer políticas educacionais eficientes que consigam diminuir as desigualdades educacionais apresentadas na realidade brasileira.

Além da territorialidade, a infraestrutura das instituições escolares também é bastante desigual, afinal a ideia é proporcionar atividades diferenciadas para manter este aluno por mais tempo do espaço escolar, para isso a parte estrutural é fundamental. Nesse aspecto temos diferentes tipos de escolas públicas, que transitam das mais aparelhadas e organizadas até as que são mais precárias e sem espaço adequado para receber estes alunos no contra turno.

Inúmeros debates, fóruns, seminários, nas diversas esferas municipais, estaduais e nacionais remetem a estas dificuldades estruturais e operacionais em pôr na prática este programa. O controle e empregabilidade dos recursos humanos, materiais e financeiros são pontos importantes para que o programa seja possível e consiga estabelecer gradativamente a inclusão do aluno através das artes, da expressão corporal, das atividades físicas, da ludicidade, estreitando os laços de afetividade entre escola e educandos.

Neste sentido em que as incertezas e dificuldades permeiam Educação Nacional, a criatividade dos atores educacionais é fundamental para superar os desafios que enfraquecem nosso sistema de ensino. Para ampliar de forma progressiva a educação integral, professores, educadores, monitores, gestores e família devem trabalhar em parceria, só é possível alcançar resultados positivas se todos estes estiverem comprometidos com a educação das nossas crianças e adolescentes.

Outro pilar da educação integral é o cuidado com a criança e com os adolescentes. A escola nesse contexto, deve também ter como função essa proteção social à criança, que esta garantida em nossas leis, como por exemplo, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na medida em que, muitos dos jovens são carentes e mora em regiões alta vulnerabilidade.

As desigualdades socioeconômicas que geram pobreza e exclusão, próprias da sociedade capitalista, engendram a falta de proteção social. Dessa forma, a proteção social deve ser parte fundamental da implantação da Educação Integral para que haja garantia de vida digna e inclusão social sem as quais não haverá condições para o exercício da cidadania (FARIA, 2010, p. 32).

4.2 Perspectivas atuais do Programa Mais Educação

A escola é a instituição social que tem a função de transmitir os conhecimentos sistematizados. De regra a escola pública quer seja a tenha ótimos índices ou aquela que esteja abaixo deles, devem cada uma a sua maneira promover um ensino de qualidade, privilegiando tanto o conhecimento sistematizado, dito formal, como também o informal, ou seja, aquele explorado experiências, vivências que o aluno já possui como bagagem cultural.

Por outro lado, a escola, apesar de ser um lugar central, não é suficiente para ensinar tudo o que uma pessoa precisa aprender. Não há, nessa afirmação, uma crítica à escola, tampouco a desvalorização do que ela faz. Ao contrário, a partir dessa ideia, pode-se pensar a escola em relação estreita com o mundo da cultura e com a sociedade vista de modo abrangente. São essas relações que podem estabelecer, de modo frutífero, os diálogos e as parcerias que a escola pode realizar com outras instâncias que ensinam, apontando para a Educação Integral das pessoas (FARIAS, 2011, p.29).

Nas perspectivas atuais da Educação, às escolas não precisam centralizar seu objeto de estudo apenas nos conteúdos, devem, sobretudo desenvolver uma aprendizagem, que contribua para a formação da personalidade do aluno, possibilitando, quem está à margem do ensino, uma chance real de aprender.

Em pleno século XXI, ainda é preocupante que o sistema de ensino brasileiro, tenha nas suas estatísticas de forma geral, altos índices de evasão e repetência. Escolas que não inovam e continuam centradas apenas no ensino tradicional, acabam contribuindo com a estagnação do sistema de ensino e retrocesso educacional.

Os Programas governamentais que buscam ampliar a Educação Integral dão possibilidades às escolas a ampliação da jornada escolar, sendo aprofundados os repertórios essenciais a uma aprendizagem de qualidade, pois o aluno pode desenvolver de forma mais completa a cultural, a ciência, a arte e todos os outros aspectos importantes para o seu currículo e para a vida. Farias afirma que desta forma a educação integral serve “para a criação de significados, compreensão da realidade e aumento da capacidade de intervenção positiva” (2011, p.32).

Sem dúvida o Programa Mais Educação esta sendo um dos programas governamentais que mais tem incentivado nossas crianças na ampliação de seu acervo motor, cognitivo, participativo, dando possibilidades reais de inclusão. Infelizmente a continuidade deste programa em 2016 esta comprometida, em virtude do ajuste fiscal promovido pelo Governo Federal, a maior parte dos investimentos estão paralisados, o afeta diretamente as escolas que dependem destes recursos para colocar o programa em prática e dar prosseguimento ao trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população nos últimos anos compreende a importância do ensino como ferramenta de inclusão social e inserção no mercado de trabalho, com vistas de melhorar sua qualidade de vida e sair da marginalidade. Por isso, as exigências sociais se ampliaram, não basta apenas aumentar o

número de escolas ou de matrículas, a sociedade exige que estas ofereçam um ensino de qualidade.

A Educação se apresenta como um dos setores prioritários de investimentos econômico e social. Esse conceito está produzindo mudanças nos parâmetros governamentais que direcionam os grandes investimentos para formação de novo modelo escolar, que pretende estimular gradativamente a presença do aluno no ambiente escolar.

A ideia de aumentar a jornada de permanência do aluno visa neste primeiro momento de implantação do Programa Mais Educação atingir alunos que apresentam dificuldades e num plano mais ambicioso implantar a educação integral ao sistema público de ensino. Não será uma meta fácil de ser atingida, em virtude da grandiosidade do projeto.

Queremos e almejamos uma educação integral para nossas crianças e jovens. Uma educação digna para professores, gestores e comunidade. Quando falamos em educação integral, nos relacionamos muito além do fator tempo na escola, sonhamos com uma educação mais equitativa e menos exclusiva, com mais autonomia para as escolas e que todos tenham o direito a um ensino de qualidade. A Constituição garante um ensino gratuito e de qualidade a toda população, sem exclusões, nosso desejo é que se torne realidade.

O Brasil é um país continental, que apresenta várias realidades e diversos perfis sociais. Apesar das dificuldades inerentes de cada instituição escolar, o Programa Mais Educação, sem dúvida, não apenas aumentou a permanência do aluno na escola, mas trouxe a família para participar ativamente do processo de aprendizagem. Esse é um dos aspectos mais significativos do Programa e que deve ser explorado em futuras intervenções sociais.

Entre virtude de todas essas mudanças e novas demandas sociais, não podemos deixar de valorizar quando os resultados positivos são alcançados, mas é importante ressaltar que os erros também fazem parte do crescimento, o caminho é longo, e cheio de desafios para governantes, gestores, docentes, educando, família e comunidade. Uma lição importante foi aprendida nesse processo, quanto mais articulado, mais envolvidos estiverem os atores sociais, mais prováveis o sucesso escolar.

Nesse sentido, a parceria escola/família/comunidade deve ser estabelecida no momento que são definidas as ações a serem implantadas na escola, para que isso aconteça os gestores e docentes precisam ter clareza na condução do trabalho pedagógico que vai desde a seleção dos

conteúdos e áreas de conhecimento, definição dos objetivos até a sua execução por meio de uma metodologia adequada que permita o diálogo e o respeito entre os envolvidos.

Os monitores são os profissionais que estão envolvidos diretamente no processo, e que precisam ser capacitados e orientados em busca de uma educação transformadora. Nesse sentido, a escola deve dar o apoio pedagógico, e suporte técnico para que a escola, junto com os espaços educativos, sejam espaços privilegiados na construção de uma educação que ensina para reflexão, para a cidadania, autonomia, enfim para a vida.

O estudo evidencia a necessidade de um maior envolvimento de todos os membros da comunidade escolar, na consolidação de ações mais engajadas e coerentes com a realidade do aluno. É responsabilidade de todos os envolvidos, buscar melhorias, acreditar no trabalho e se empenhar para um bom resultado. Essa conscientização exige esforços, não apenas em ampliar o tempo de permanência do aluno na escola, mas principalmente fomentar novas vivências que possibilitem uma aprendizagem significativa para essas crianças e jovens.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Mais Educação: Passo a passo*. Brasília, DF: MEC/SECADI, 2011. 20p. BRASIL. **Programa Mais Educação: Passo a passo**. Brasília, s/d

BRASIL. **Rede de saberes Mais Educação**. Brasília, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cad_mais_educacao_2.pdf. Acesso em: 05 de setembro de 2012.

DE CARVALHO, M. C. B. "O lugar da educação integral na política social." *Cadernos Cenpec/ Nova série* 1.2 (2006).

FARIA, T. C. F. Reflexões sobre a implantação do Programa Mais Educação na rede municipal de ensino de Natal, RN. *Quipus: Revista Científica das Escolas de Comunicação e Artes e Educação*, UnP. Natal: Edunp, Ano 1, n. 1, dez. 2011 / maio 2012.

FARIAS, TF. Reflexões sobre a implantação do Programa Mais Educação na rede municipal de ensino do Natal, RN. **QUIPUS-ISSN 2237-8987**, v. 1, n. 1, p. 25-38, 2011.

GADOTTI, Moacir. Qualidade na educação: uma nova abordagem. **Fórum Estadual Extraordinário da Undime São Paulo**, v. 7, 2010.

LECLERC, G. de F. E.; MOLL, J. "Programa Mais Educação: avanços e desafios para uma estratégia indutora da Educação Integral em tempo integral." *Educar em revista. Curitiba, PR. N. 44 (jul./set. 2012), p. 91-110 (2012).*

MOLL, J. "Educação integral: texto referência para o debate nacional." *Brasília: MEC, Secad (2009).*

URRESTI, Marcelo. Adolescentes, consumos culturales y usos de la ciudad. **Revista Encrucijadas UBA**, p. 36-43, 2000.

VIRGINIO, A. S. *Escola e emancipação: O currículo como espaço-tempo emancipador. 2006. 369 f.* Diss. Tese (Doutorado em Sociologia)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.